

CONJUNTURA

Com juros altos e renda corroída pela inflação, compra parcelada tem sido a aposta de muitos consumidores. Combinação explosiva, porém, pode resultar em mais inadimplência

Cartão de crédito: vilão ou aliado?

» ISRAEL MEDEIROS
» GABRIELA CHABALGOITY*
» BERNARDO LIMA*

Com inflação crescente, alta na taxa básica de juros e dólar acima de R\$ 5, a pressão no bolso do trabalhador está cada vez maior. Em julho deste ano, o número de brasileiros inadimplentes era de 62,2 milhões, com uma média de R\$ 3,9 mil em dívidas por pessoa. A média de cada dívida é de R\$ 1,1 mil. Forçada a rever seus hábitos de consumo, para evitar ficar inadimplente, a população se entrega ao cartão de crédito. Apesar de permitir o parcelamento de compras, o que possibilita compras grandes e pagamentos fora do planejamento, como quando ocorre um imprevisto, por exemplo, o meio de compra é um dos principais vilões quando o assunto é planejamento financeiro.

À época do estudo Mapa da Inadimplência, produzido pelo Serasa, contudo, a taxa básica de juros (Selic) estava em 4,25% e não havia alta nas alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que incide em empréstimos, compras internacionais no cartão e quando ocorre o parcelamento de faturas, por exemplo. O cenário agora é outro, a inflação está nas alturas e não há sinal de trégua. Para contê-la, o Banco Central elevou a taxa Selic para 5,25% — e ela deverá subir mais. Com o encarecimento do custo de vida e o aumento do desemprego, a tendência é uma alta no endividamento.

O comerciante Marcelo Lopes, 47 anos, recorreu ao cartão de crédito. Ele explica que os gastos imprevistos são a principal causa do parcelamento de compras. “Fica difícil quando tem um vazamento em casa, ou algo do tipo. Sempre vem nas piores horas e, como muitas vezes, não tenho dinheiro para pagar o serviço à vista, eu acabo parcelando mesmo”, conta.

Lopes revela que, desde que a pandemia começou, as vendas de sua loja de roupas em Taguatinga caíram. Por isso, ele foi forçado a se organizar para conseguir chegar ao final do mês com o orçamento em dia, sem pendências. “O dinheiro tem que ser muito bem contado, porque se tiver imprevisto, a coisa aperta”, afirma.

No caso da advogada Tainá Neves, 36 anos, moradora de Brasília, a inflação tem sido a responsável pela opção por parcelar as compras no cartão de crédito. “Está tudo caro, né? Mercado, gás, luz, água. Antes, minha renda dava conta, agora, com essa crise, está ficando difícil”, explica.

Tainá diz que até tenta evitar as compras parceladas, mas que não vê alternativas quando precisa comprar produtos mais caros, como eletrônicos e eletrodomésticos. “Eu sei que vai ficar mais caro, mas, às vezes, preciso muito do produto e não tenho dinheiro para comprar à vista”, lamenta. Como muitos brasileiros, ela agora tem dificuldades para pagar as parcelas no fim do mês. “Parece que eu estou em um ciclo sem fim, tenho que pegar empréstimo para pagar parcela e, assim, a dívida continua aumentando”.

Quando o consumidor não consegue fazer o pagamento do cartão de crédito integralmente e opta pelo parcelamento ou pagamento mínimo, as taxas podem se tornar uma bola de neve. Por isso, a recomendação dos especialistas é que, quando for possível, o melhor é poupar dinheiro para comprar determinado produto posteriormente, pagando à vista. É o que recomen-



Parece que eu estou em um ciclo sem fim, tenho que pegar empréstimo para pagar parcela e, assim, a dívida continua aumentando”

Tainá Neves, advogada

da o economista Igor Peixoto.

“O pagamento à vista é mais vantajoso do que o parcelado porque o parcelado incorre em juros e o pagamento à vista geralmente é acompanhado de um desconto do produto, aumentando seu poder de compra. Caso você não tenha o dinheiro à vista, é recomendado que você poupe para conseguir comprar à vista futuramente e com o desconto”, aconselha.

Adriano Severo, educador financeiro e analista de investimentos, alerta para a importância de ponderar o risco de determinadas compras. “A pessoa tem que ter ciência do quão segura ela está na profissão ou emprego, porque isso influencia nas decisões de compra que ela vai ter. Então, se ela está em um emprego instável, não pode fazer compras com muitas parcelas. Se é servidor público, já fica melhor, tem estabilidade”, diz.

Hábitos

O especialista afirma que, se o consumidor não puder evitar usar o cartão, o ideal é optar por um parcelamento menor. É importante lembrar, no entanto, que o cartão de crédito, quando usado com responsabilidade, pode ser um aliado. “Se a pessoa tem controle, pode usar, mas para a maioria ele acaba sendo um vilão porque a pessoa acumula valores alto na fatura e não consegue pagar ou porque tem juros, taxas. Então, a regra é sempre

Quando parcelar

Com a ajuda do economista Igor Peixoto, preparamos dicas para dar uma mãozinha na hora de fazer as contas para ter certeza se vale a pena comprar a prazo

- 1** Estabeleça um planejamento financeiro de acordo com a sua renda mensal ou anual. Tenha consciência de quais são seus custos fixos, que geralmente envolvem alimentação, moradia e transporte e os compare com a renda.
- 2** Na dúvida entre pagar à vista ou investir o dinheiro? Se uma aplicação financeira render mais do que o pagamento de juros do montante a prazo, é recomendado que parcelar.
- 3** Avalie sua reserva. É importante ter dinheiro para casos inesperados, como, por exemplo, um problema de saúde. Quando você vai tomar sua decisão de compra, é importante decidir se isso vai impactar o nível de reserva.
- 4** É importante dar prioridade para parcelar itens essenciais na rotina, como, por exemplo, uma geladeira, que é muito cara para comprar de uma vez e que você precisa mais do que itens supérfluos.

tentar desconto nas compras, tentar pagar à vista”, ressalta.

Ele pontua, ainda, que, com a inflação alta, essa é uma oportunidade para repensar os hábitos financeiros. “É importante fazer pesquisas por produtos similares. Para quem conseguir, o ideal é construir uma reserva de emergência. E não precisa guardar um valor fixo todo mês, qualquer dinheiro que ela tenha guardado já pode fazer diferença e ajudar a pagar as contas. O importante é ir guardando, independentemente do valor”, explica.

No caso daqueles que já estão inadimplentes e com o nome sujo, Severo indica que uma boa saída é falar com o banco para renegociar as dívidas e procurar feiões de negociação, para tentar condições melhores para pagar a dívida. Hoje, é possível consultar o score pela internet e descobrir se há dívidas pendentes — o que possibilita a renegociação com condições favoráveis aos consumidores.

*Estagiários sob a supervisão de Andreia Castro



Brasil S/A

por **Antonio Machado**
machado@cidadebiz.com.br

País abaixo de tudo

A correria entre o governo e o Congresso, em especial a Câmara, e vice-versa aparenta vontade de acelerar a economia, estagnada desde a recessão de 2015 a 2016, e preparar o país para as transformações exponenciais já à vista nesta década de rupturas tecnológicas.

Mas é só aparência. Os projetos em votação atendem mesquinhas de seus patronos — de Bolsonaro aos morubixabas do tal Centrão —, ao custo de bagunçar a economia, que já vem desaranjada de longe.

A direção econômica não tem propósito. Se tivesse, os negócios e o último grande mercado de massa potencial do mundo teriam entrado na pandemia voando. O produto interno bruto, PIB, ter crescido 1,1% em 2019 já foi um sinal ruim frente à expectativa com a eleição de um presidente antissistema, com o ex-juiz da Lava-Jato na vitrine e um ministro ultraliberal na economia hostil à socialdemocracia e boca-dura com o empresariado, que vive acusando de acomodado. Tudo fake.

Indiferentes à regressão na década que se foi, quando a taxa média anual de crescimento econômico foi de mísero 0,3%, menos que a taxa de expansão demográfica de 0,7% ao ano, resultando no retrocesso da renda per capita de 0,6% na média de cada ano de 2011 a 2020, esses senhores fantasiados de “novos reformistas” foram se desmontando ao longo de sua estada em Brasília como carro velho subindo a serra.

O ex-juiz rolou no ano passado como calota que desprega da roda. O economista que nunca superou o desdém da academia deixou de anunciar privatizações de R\$ 1 trilhão e outro trilhão vendendo imóveis da União. Hoje, pede socorro ao Supremo Tribunal Federal (STF) para livrar o orçamento federal do pagamento de precatórios. E o chefe delegou o orçamento fiscal para o deputado Arthur Lira derrotar o grupo de Rodrigo Maia na Câmara e ele próprio se enrabichou com o Centrão.

No dia 7 de Setembro, numa articulação preparada com a ajuda de produtores de grãos e frotistas de caminhões, numa mescla de golpistas, Bolsonaro tentou virar a mesa. Juntou gente, mas não houve desordem. Sobrou-lhe divulgar uma carta para aplacar a ira constitucional dos juizes do Supremo. Não fossem as ambições dos políticos de sua base arranjada, que querem mais, Brasília estaria com novos ares.

Os senhores sem rumo

O pano de fundo dos senhores sem rumo se escancara com as manobras da maioria que se apresenta como base governista, mas, de verdade, empenhada em votar projetos de interesse próprio, enquanto aprova migalhas, às vezes nem isso, para atender demandas do presidente.

É assim que dos muitos projetos que exigem suor na Câmara, e mais lá que no Senado — casa menos propensa a miudezas, com as exceções habituais —, o grosso visa facilitar a reeleição dos deputados.

É esta a razão da consolidação das leis eleitorais — um calhamaço com quase 900 artigos. Ela esvazia o poder da Justiça Eleitoral, dá liberdade aos partidos para gastar como quiserem os fundos que os mantêm, dinheiro público em falta para a compra de vacinas, o Bolsa Família, pagamento de dívidas da União vulgo precatórios. O Bolsa Família rebatizado é o sonho de Bolsonaro para tentar seguir no páreo eleitoral. Os precatórios são o obstáculo.

Não há surpresas com estes gastos, todos são conhecidos. Deveriam estar contemplados no projeto de lei orçamentária (PLOA) de 2022. O caso é que há gastos obrigatórios protegidos pela Constituição (deficits da Previdência, folha do funcionalismo) e os gastos que o Centrão elegeu para si, chamados de emendas. O grosso delas está com a direção da Câmara, que as distribui sem transparência e sem prestar satisfação ao Tesouro e ao Tribunal de Contas da União.

Incongruências a granel

O puxa-estica dos dinheiros públicos expõe a falta de prioridades. Ou bem é a saúde abalada pela pandemia ou são as emendas doadas aos parlamentares para gastar em sua base eleitoral. Ou é atender com o auxílio emergencial os pobres sem renda ou é manter privilégios das corporações civis e fardadas. E mais que tudo...

Ou é bancar um programa realista de desenvolvimento, que depende de investimentos maciços em infraestrutura e tecnologia, ou são os fundos, meritórios se destinados aos pobres, para girar o consumo. Servem para gerar renda e emprego, mas não o crescimento sustentado derivado do investimento, que traz segurança social de longo prazo.

Agora, olhemos o governante. Onera o IOF, portanto o crédito, para cobrir o gasto com o novo Bolsa Família este ano, enquanto a CEF reduz juros para facilitar o crédito. Cumé? Está tudo em desacordo com o Banco Central, que engorda a Selic para conter a inflação.

A Câmara aprova a tributação dos dividendos, para bancar o Bolsa Família em 2022, mas altera todo o Imposto de Renda, reduzindo a arrecadação. A reforma administrativa mantém privilégios e ignora a governança do Estado, que importa mais que uns trocados na folha dos servidores.

E tem quem passe horas justificando tamanhas incongruências...

Mudanças que já tardam

Vamos combinar: não há no país a economia com o propósito do bem comum, missão original da boa política econômica, nem prosperidade compartilhada, alicerces da paz social numa democracia liberal.

Tais diretrizesacionadas tanto os conservadores que nos EUA tentam renovar o Partido Republicano pregando “capitalismo do bem comum”, quanto a guinada dirigida de Xi Jinping na China, com o desafio da “prosperidade comum” visando reduzir as disparidades sociais. Retaguarda conceitual é base para as mudanças que já tardam, e não só para adequação às tecnologias emergentes. Tornou-se urgente mudar a governança pública, hoje totalmente disfuncional, e as maiores parlamentares urdidas pelo rateio espúrio dos dinheiros orçamentários e partidos de aluguel geridos como firmas comerciais.

O tal do “orçamento secreto” é escândalo precificado. Ele remete ao mensalão, em 2005, e ao “anões do orçamento”, em 1993.

O tempo passa e não aprendem nada. Como não aprendem os “gurus” da política econômica alheios à dependência da economia indexada aos rodopios do dólar, criando inflação e crise típica de insolvência externa, que não existe, combatida com aperto monetário, como se os males fossem de excesso de demanda, apesar do desemprego. Tem quem lucre com isso, escudado na ortodoxia do mercado. Não é só burrice.

Mesquinhas políticas dão aparência de normalidade à revelia da economia do bem comum